



24J: GANHAR AS RUAS CONTRA A PEC 32, EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



A Reforma Administrativa, proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, enviada por Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional, atende, exclusivamente, aos interesses do mercado. Ela precariza as relações de trabalho com vistas a futuras privatizações, além de enxugar gastos com os serviços que são direitos básicos da população. A tática do governo é sucatear para privatizar.

A ideia é substituir os concursos por contratações temporárias e flexibilizar a estabilidade dos servidores. A PEC ainda proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço e reforça a lógica das avaliações de desempenho. O governo ameaça, inclusive, regulamentar outras possibilidades de demissão além das já existentes, como o desligamento por insuficiência, inclusive para os servidores que estão hoje na ativa. Essas medidas levarão, sem dúvidas, ao aumento do assédio moral contra trabalhadores.

Apelidada de “PEC da rachadinha”, a emenda transformará cargos públicos, hoje acessados por concursos, em moeda de troca para distribuição de favores a apoiadores dos governantes da ocasião e não atingirá juízes, procuradores, promotores, deputados, senadores, além das consideradas carreiras típicas de Estado, como diplomatas, militares e auditores fiscais, os mais altos salários do país.

Os servidores públicos responsáveis pelo atendimento direto à população, que já sofrem com a desvalorização profissional, serão os penalizados. Portanto, não poderá haver melhoria na produtividade do setor público, conforme promete a equipe econômica do governo Bolsonaro, chefiada pelo banqueiro Paulo Guedes.

A verdadeira intenção da reforma é ampliar o poder autoritário dos governantes e permitir que empresas privadas aparelhem o Estado, como já acontece na Educação e na Saúde, em que a contratação de terceirizados por meio das Organizações Sociais (OS) aumenta a cada ano.

Contra essa Reforma, que prejudicará o conjunto da classe trabalhadora ao destruir a proteção estatal a que a população tem direito, é preciso ocupar as ruas no dia 24 de Julho. Para derrubar o governo genocida de Bolsonaro e barrar o conjunto de ataques ao povo, as Centrais e os Sindicatos devem manter as ruas ocupadas contra esse governo e mobilizar as categorias para a Greve Geral, como instrumento de fortalecimento dos trabalhadores.

***Fora Bolsonaro e todo o seu governo!
Greve Geral, já!***

A LUTA CONTRA A PEC 32 DEVE SER UNIFICADA



Os sindicatos representantes de servidores públicos têm realizado ações estanques contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, da Reforma Administrativa, cujo objetivo é destruir o Estado como provedor de bem-estar social, acabando com os direitos dos servidores públicos e da população que depende de seus serviços.

A construção de uma Frente mista de defesa dos serviços públicos em Minas Gerais visa reunir mais de 50 entidades para estabelecer estratégias de unidade e de atuação nos atos e manifestações, como o do dia 24 de julho. É preciso dialogar sobre a realização de audiências públicas para esclarecer os efeitos nefastos dos projetos e evitar que propostas de emendas impossíveis de serem aprovadas ou com pouco efeito concreto para a defesa dos serviços públicos (política de redução de danos) não se tornem armadilhas para os trabalhadores.

Construir material único, estabelecer encontros nacionais para unir forças de enfrentamento ao governo genocida de Bolsonaro e à toda a política neoliberal de ataques à soberania nacional e aos direitos sociais e trabalhistas.

MINAS: PROFESSORES EM GREVE PELA VIDA



O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), por meio de seu conselho geral, deflagrou uma greve sanitária que se iniciou neste dia 12 e seguirá até o dia 17 de julho como resposta à decisão do governo de modificar os parâmetros para o retorno das aulas presenciais nos municípios, incluindo a retomada também na onda vermelha da pandemia.

No estado, mais de 47.900 pessoas perderam a vida para a Covid-19 e a decisão do governo, que visa apenas atender a pressão da iniciativa privada, causará o aumento dos casos e mortes. A vacinação em Minas acontece de forma lenta, o nível de ocupação dos leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) está alto e as escolas não têm condições estruturais para garantir segurança sanitária.

A Greve Sanitária é a única saída para proteger as vidas de professores, estudantes e das famílias. Todos à Greve em defesa da Vida.

MOTIVOS PARA DIZER NÃO À PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

1 - Os Correios tiveram, em 2020, lucro bilionário estimado em R\$ 1,5 bilhão.

2 - Os Correios cumprem um papel essencial para a população. É a empresa que garante a universalização dos serviços postais, um direito constitucional.

3 - Os Correios apoiam os micros e pequenos empreendedores.

4 - A realização do Enem só acontece graças ao esforço dos trabalhadores dos Correios, responsáveis pela logística e entrega das provas em toda as regiões do país.

5 - Os Correios foram escolhidos como preferido para entregas na Black Friday, com um incremento de 13% no volume de encomendas em relação ao ano anterior

6 - Os Correios são responsáveis pela entrega de livros e materiais didáticos nas escolas públicas de todo o Brasil! É a única empresa que tem capacidade de realizar a captação, tratamento, distribuição e entrega de encomendas nos mais de 5.500 municípios do Brasil.

7 - Os Correios empregam quase 100 mil trabalhadores em todo o Brasil.

A privatização da estatal significará, além de grande prejuízo à população, um aumento de desemprego em grave crise econômica e social que já vivemos.

